

DESEMPENHO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A FORMA COMO AS EMPRESAS NO SETOR DE ATUAÇÃO DE MATERIAIS BÁSICOS EVIDENCIAM A SUSTENTABILIDADE¹

Jonas Fernando Petry

jonaspetry@brturbo.com.br

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Universidade Regional de Blumenau - PPGCC/FURB

Francisco Carlos Fernandes

franciscofernandes@furb.br

Universidade Regional de Blumenau - PPGCC/FURB

RESUMO

O objetivo do estudo foi contribuir para o esforço contínuo de compreender a sustentabilidade corporativa a partir dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBovespa no setor de atuação de materiais básicos, no exercício de 2012. O tema tem adquirido uma importância crescente pelo imperativo gestão empresarial responsável e controle voltado à criação de valor em longo prazo. Neste contexto, trata-se de um estudo transversal descritivo e analítico dos relatórios de sustentabilidade das empresas listadas. Os resultados encontrados evidenciam que o apelo pela sustentabilidade ambiental ainda não tem despertado interesse na maioria das empresas listadas no setor de atuação de Materiais Básicos da BM&FBovespa.

Palavras chaves: Sustentabilidade corporativa; governança corporativa; evidenciações socialmente responsáveis; avaliação de sustentabilidade.

SUSTAINABLE AND CORPORATE GOVERNANCE PERFORMANCE: AN INVESTIGATION ON THE WAY COMPANIES IN THE BASIC MATERIALS SECTOR PERFORMANCE DEMONSTRATE SUSTAINABILITY

ABSTRACT

The aim of the study was to contribute to the ongoing effort to understand corporate sustainability from the sustainability reports of companies listed on the BM&FBovespa in the performance of basic materials sector in the year 2012. The issue is becoming an increasingly important imperative for responsible corporate management and control aimed at creating long-term value. In this context, it refers to a cross-sectional descriptive and analytical study of sustainability reports of the listed companies. The results show that the call

¹ Receção: 02/11/2014.

Aprovação: 25/11/2014.

Publicação: 05/12/2014

for environmental sustainability has not yet awakened the interest in most companies listed in the performance of Basic Materials sector of BM&FBovespa.

Keywords: Corporate sustainability; corporate governance; socially responsible disclosures; sustainability assessment.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as expectativas sociais do desempenho das empresas mudaram consideravelmente. No centro dessa mudança está o apelo por uma maior sustentabilidade ambiental (GOODLAND, 1995; WADDOCK; GRAVES, 1997). Grupos de interesses diferentes, especialmente os grupos de vigilância regulamentares e corporativos, estão colocando grande pressão sobre as empresas para se tornarem ambientalmente mais responsáveis. Houve um aumento no número de países que passaram regulamentos que exigem algum tipo de divulgação pública de informação ambiental corporativa (ADAMS; ZUTSHI, 2004; SOBHANI et al. 2009; YUSOFF; LEHMAN, 2009). Como a sustentabilidade ambiental tornou-se uma preocupação para as organizações e a divulgação ambiental preenche uma exigência das partes interessadas, as organizações tentaram institucionalizar as preocupações ambientais através de políticas, procedimentos e sistemas (JOSE; LEE, 2007).

No momento atual, a prática comum entre os investidores que procuram maior rentabilidade nos países desenvolvidos é prestar muita atenção às questões de governança corporativa e às performances ambientais e sociais das empresas (FUENZALIDA et al. 2013). Há uma percepção crescente de que as empresas devem lidar com a questão da sustentabilidade (SEARCY, 2012). No entanto, há debates em curso sobre o significado de sustentabilidade em um contexto corporativo e muitas definições de sustentabilidade empresarial foram oferecidas. Dyllick e Hockerts (2002) definiram a sustentabilidade corporativa como a capacidade de satisfazer as necessidades dos *stakeholders* diretos e indiretos da empresa, como acionistas, funcionários, clientes, grupos de pressão, comunidades, etc., sem comprometer a sua capacidade de atender as necessidades das partes interessadas no futuro.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade se tornou um mantra no século 21. Ela representa a promessa de evolução da sociedade rumo a um mundo mais justo e rico em que o ambiente natural e as nossas realizações culturais são preservadas para as gerações vindouras (DYLLICK; HOCKERTS, 2002). Portanto, a sustentabilidade corporativa refere-se à prática de evidenciar preocupações sociais e ambientais nas operações comerciais e nas interações com as partes interessadas (VAN MARREWIK, 2003).

A sustentabilidade para o mundo corporativo implica uma interpretação muito mais ampla do conceito de capital do que é usado normalmente por economistas e ecologistas (DYLLICK; HOCKERTS, 2002). Significa que um produto ou serviço não compete no mercado apenas em termos de imagem, potência, velocidade, embalagem, etc. Além disso, a empresa deve entregar produtos ou serviços para o cliente de forma que reduza o consumo, o uso de energia, os custos de distribuição, concentração econômica, erosão do solo, poluição atmosférica, e outras formas de danos ambientais (HAWKIN, 1993).

Em um esforço para contemplar a sustentabilidade no âmbito corporativo, muitas estratégias, políticas, projetos, programas e outras iniciativas têm sido propostas (SEARCY, 2012). Há um crescente corpo de pesquisa sobre relatórios de sustentabilidade corporativa (BROWN et al. 2009; UNERMAN, 2011). Em muitas empresas, a sustentabilidade tem suas raízes na abordagem de questões ambientais ou sociais (SEARCY, 2012).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é contribuir para o esforço contínuo de compreender a sustentabilidade no âmbito corporativo. Busca-se analisar nos relatórios de sustentabilidade um amplo conjunto de ações ambientais tomadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa no setor de atuação de Materiais Básicos no exercício de 2012. Assim, com base nos indicadores de sustentabilidade propostos por *Global Reporting Initiative* (2003), investiga-se o panorama das empresas listadas em relação à prática de evidenciação de preocupações ambientais nas operações comerciais nos relatórios de sustentabilidade corporativa.

Em virtude dos sucessivos escândalos no mundo corporativo, o estudo justifica-se na importância da divulgação do desempenho ambiental e da responsabilidade social. As corporações na maioria dos países estão abraçando a proteção ambiental como parte de suas estratégias competitivas internacionais. Para muitas empresas, a mudança para a gestão ambiental proativa é impulsionado por pressões de governos, clientes, funcionários e concorrentes. Consumidores e investidores estão começando a ver mais claramente a relação entre o desempenho dos negócios e da qualidade ambiental (BERRY; RONDINELLI, 1998).

Além desta introdução, o presente estudo está apresentado em mais cinco seções. A seção 2 foi dedicada à fundamentação teórica, destacando os antecedentes, a governança corporativa e sustentabilidade, e os relatórios de sustentabilidade. Na seção 3, são apresentados os métodos e procedimentos de pesquisa. A sessão 4 investiga a análise dos dados. As conclusões estão relatadas na seção 5 seguidas das referências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ANTECEDENTES

As raízes epistemológicas na separação entre propriedade e controle, manifestas na governança corporativa, sua declaração e implementação, remontam a 1930, a uma obra clássica intitulada *The Modern Corporation and Private Property Paperback*, de Adolf A. Berle e Gardiner C. Means, que apregoava que o sistema corporativo tende a desenvolver uma divisão das funções atribuídas à propriedade. Entretanto, durante o século XIX, a maior parte da produção industrial passou a ser realizada por empresas em que tinha ocorrido uma divisão, o proprietário cumpria as duas primeiras funções, enquanto a última, foi em grande parte realizada por gestores contratados (BERLE; MEANS, 1932).

O livro de Berle e Means (1932) tinha como foco os aspectos relacionados à propriedade e ao controle, como panorama, ao conjunto de vistas à transformação das pequenas empresas privadas, e ao antagonismo entre o controle e a propriedade, o que representou o conjunto dos princípios básicos dos esforços dirigidos para o fenômeno organizacional. O que atualmente é reconhecido internacionalmente por governança corporativa (THOMPSON, 1990; COFFEE, 2001).

Na distinção entre os interesses de propriedade e o poder de controle, é necessário ter em mente o fato de que, como há muitas pessoas que têm interesses em uma empresa e que

não são habitualmente consideradas proprietárias, pode haver muitas pessoas que têm uma medida de poder, como os acionistas e ou funcionários, que são proprietários de partes. A empresa passa a ser de interesse de grupos, somente aqueles que detêm o título legal são proprietários (DONALDSON; PRESTON, 1995; MITCHELL, 1997). Da mesma forma, o termo controle deve ser limitado àqueles que detêm os principais elementos de poder sobre a empresa. A separação entre a propriedade e o controle cria uma situação na qual os interesses do proprietário e os dos executivos podem divergir (JAMES, 1933). Nesse contexto de dissociação entre a propriedade e o controle é que a ação dos administradores ganha importância. É fundamental estabelecer os seus limites, as suas formas, os seus papéis e as suas responsabilidades (JUNIOR; MUNIZ, 2004).

Apesar do aumento de interesse em governança corporativa, ela recentemente ganhou notoriedade face à última crise financeira da Ásia juntamente com a série de escândalos corporativos como a Enron, HealthSouth, Tyco e Worldcom (AGRAWAL; CHADHA, 2005; COFFEE, 2005; NACIRI, 2008; MALLIN, 2011). Os acontecimentos parecem ter abalado a confiança, o que tem levado os investidores e cidadãos a duvidar das habilidades dos gestores para garantir a informação financeira credível sobre as organizações. Consequentemente, os legisladores de todo o mundo têm vindo a perceber a necessidade de legislar na área de governança corporativa (CORNELL; SHAPIRO, 1987).

A governança corporativa abrange a especificação e o cumprimento das normas e procedimentos pelos quais uma empresa deve ser gerida (CORNELL; SHAPIRO, 1987). O termo governança corporativa significa gestão empresarial responsável e controle voltado à criação de valor em longo prazo. Em outras palavras, a governança é caracterizada como um processo pelo qual a alta gerência atua na empresa de modo a garantir o seu bom funcionamento e desenvolvimento (KOCMANOVÁ, 2011). No Brasil os princípios de governança corporativa estão previstos no Código de Governança Corporativa Brasileira, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC.

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE

O termo governança corporativa deriva de uma analogia entre o governo das cidades, nações ou estados e a governança das empresas (CONSTANTINIDES et al. 2003). A etimologia da palavra *governança corporativa* é derivada do grego antigo e do latim (embora existam palavras semelhantes na maioria dos idiomas). A palavra *corporativa* deriva da palavra latina *corpus* significado *corpo*, e vem do verbo latino *corporare* a formar um só corpo, portanto, uma *empresa* representa um grupo de pessoas, que é um *grupo de pessoas autorizadas a agir como um indivíduo*. A palavra *governança* vem do grego latinizado *gubernatio* e significa gestão do governo, oriunda do grego clássico *kybernao* para orientar, dirigir, atuar como um piloto. Essa origem etimológica do conceito de governança corporativa captura um sentido criativo do esforço coletivo que desafia a tendência contemporânea de colocar uma ênfase passiva e regulamentar sobre a frase (CLARKE, 2007).

Governança corporativa refere-se, portanto, à distribuição de direitos e responsabilidades entre os diferentes atores envolvidos na organização corporativa (AGUILERA; JACKSON, 2003; FUENZALIDA et al. 2013). A *Organisation For Economic Co-Operation And Development* – OECD na elaboração dos *Princípios de Governança Corporativa em 1999* definiu a governança corporativa como um sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas. A estrutura de governança corporativa especifica a

distribuição de direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da corporação, tais como o conselho, gerentes, acionistas e outras partes interessadas, e explicita as regras e procedimentos para a tomada de decisões sobre assuntos corporativos. Ao fazer isso, ela também fornece a estrutura através da qual os objetivos da empresa estão definidos e os meios de atingir esses objetivos e monitorar o desempenho (OECD, 1999).

O processo de governança corporativa deve centrar-se na integração da sustentabilidade, a partir do ponto de vista de medir o desempenho empresarial. Este processo exige a cooperação global baseada principalmente na coordenação conjunta de estratégias e adoção das melhores decisões. A governança corporativa é entendida como um elemento-chave quando se atinge o desempenho econômico e de crescimento que permite aumentar a confiança dos investidores. Destarte, a importância dos relatórios de sustentabilidade empresarial integrando com o equilíbrio do *triple bottom line* – TBL (KOCMANOVÁ et al. 2011).

A adesão a sistemas formais de governança corporativa, em termos de estruturas, regras, procedimentos e códigos de prática, reconquista a confiança nos mercados e corporações (SOLOMON et al, 2003). O interesse empresarial num contexto moral chama a atenção de outras instituições para o papel social, bem como o papel dos cidadãos e a responsabilidade de todos nós para decretar um quadro moral para as atividades empresariais. Não há como escapar da responsabilidade moral individual, e o nosso papel na criação e manutenção de instituições sociais que vai além das corporações (DAWSON, 2004).

O conceito de desenvolvimento sustentável na governança corporativa integra o equilíbrio de três pilares: *econômico, social e ambiental*. O pilar econômico baseia-se na necessidade de retenção de capital ordinário, com todas as atividades de negócios realizadas, e na utilização apenas do lucro gerado. O pilar social envolve as pessoas como indivíduos, bem como a comunidade. O pilar ambiental centra-se na proteção ambiental, especificamente a sua melhoria e prevenção de esgotar os recursos naturais limitados. A qualidade do meio ambiente, por sua vez, influencia fortemente a qualidade de vida da população, o que já incide sobre a esfera social (ELKINGTON, 2004; KOCMANOVÁ et al. 2011).

O Quadro 01 mostra com clareza os três tipos diferentes de capital, econômico, social e ambiental, que têm propriedades diferentes e, portanto, requerem diferentes abordagens (DYLLICK; HOCKERTS, 2002).

Quadro 1: Definição do *triple bottom line* – econômico, social e ambiental

Capital econômico	<i>Empresas economicamente sustentáveis</i> precisam garantir a qualquer momento fluxo de caixa suficiente para resguardar liquidez ao produzir um persistente acima do retorno médio para os seus acionistas.
Capital social	Existem dois tipos diferentes de capital social: o capital humano e o capital social. O capital humano refere-se a aspectos tais como: habilidades, motivação e fidelização dos colaboradores e parceiros de negócios. O capital social, por outro lado, inclui a qualidade dos serviços públicos, tais como um bom sistema de educação, infraestrutura ou de uma cultura de apoio do empreendedorismo.
Capital ambiental	Existem dois tipos de capital ambiental: <i>Primeiro lugar</i> – pode assumir a forma de recursos naturais. Estes são consumidos em muitos processos econômicos, e podem ser renováveis (por ex.: madeira, peixe, milho) ou não renováveis (combustíveis fósseis, a biodiversidade, a qualidade do solo). <i>Por outro lado</i> , o capital natural tem a forma de serviços ambientais (por ex.: a estabilização do clima, purificação de água, descontaminação de solos, a reprodução de plantas e animais). Embora o valor desses serviços seja bastante considerável, eles são muito menos entendidos do que a proteção dos recursos naturais.

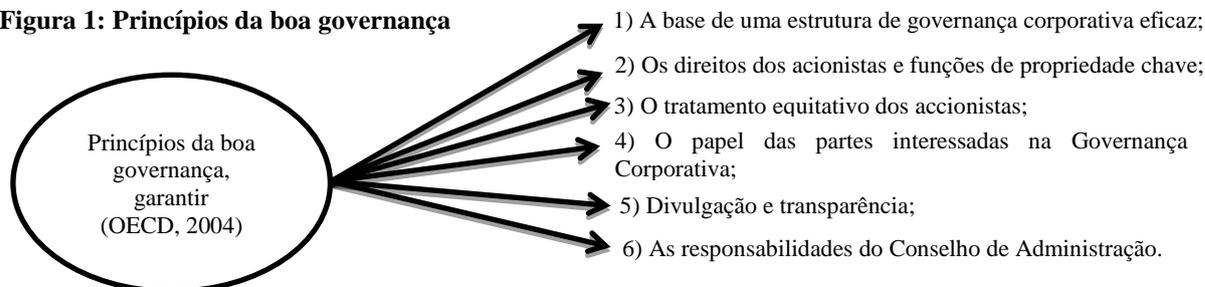
Fonte: adaptado de Dyllick e Hockerts (2002).

A governança corporativa integra os fatores: sociais, ambientais e econômicos, que estão no cerne das estratégias corporativas dos negócios. Eles são parte integrante das

operações diárias, estimulam a trabalhar para o sucesso. Devem tornar-se parte da comunicação corporativa na avaliação de ligações entre a avaliação ambiental e do desempenho econômico, da avaliação social de desempenho e a relação de governança corporativa (KOLK, 2008).

A governança corporativa é regida pelos principais conceitos contábeis relacionados à transparência (*disclosure*), prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa (sustentabilidade) para explicar e solucionar os conflitos existentes entre os interesses dos *stakeholders* (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006). O papel da transparência de informação financeira relacionado com governança entre os gerentes, diretores e acionistas, contribui na redução dos conflitos entre acionistas e credores (ARMSTRONG et al. 2010). A vista disso, contabilidade e governança estão intrinsecamente ligadas observando os seguintes princípios da boa governança apresentados pela OECD (2004), conforme disposto na Figura 1.

Figura 1: Princípios da boa governança



Fone: adaptado da OECD (2004).

Os princípios sobre os quais o código se baseia são os de abertura, integridade e responsabilidade. Eles andam juntos. A abertura por parte das empresas, dentro dos limites estabelecidos pela sua posição competitiva, é a base para a confiança que deve existir entre as empresas e todos aqueles que têm uma participação no seu sucesso. Uma abordagem aberta para a divulgação de informações contribui para o funcionamento eficiente da economia de mercado, permitindo que os conselhos possam agir de forma eficaz e que os acionistas e outros possam fiscalizar as empresas mais profundamente (CADBURY, 1992). O Quadro 2 apresenta a exposição circunstanciada dos princípios da boa governança apresentados pela OECD (2004).

Quadro 2: Princípios de Governança Corporativa da OCDE

Princípios	Exposição circunstanciada
1) Garantir a base de uma estrutura de governança corporativa eficaz;	A estrutura de governança corporativa deve promover mercados transparentes eficientes, ser consistente com o estado de direito e articular claramente a divisão de responsabilidades entre as diferentes autoridades de supervisão, regulamentação e execução.
2) Os direitos dos acionistas e funções de propriedade chave;	A estrutura de governança corporativa deve proteger e facilitar o exercício dos direitos dos acionistas.
3) O tratamento equitativo dos acionistas;	A estrutura de governança corporativa deve garantir o tratamento equitativo de todos os acionistas, inclusive minoritários e estrangeiros. Todos os acionistas devem ter a oportunidade de obter reparação efetiva por violação de seus direitos.
4) O papel das partes interessadas na Governança Corporativa;	A estrutura de governança corporativa deve reconhecer os direitos das partes interessadas estabelecidas por lei ou por acordos mútuos e incentivar a cooperação ativa entre empresas e partes interessadas na criação de riqueza, emprego e sustentabilidade das empresas financeiramente sólidas.
5) Divulgação e transparência;	A estrutura de governança corporativa deve assegurar que a divulgação oportuna e precisa é feita com todo o material de questões relacionadas com a corporação, inclusive situação financeira, desempenho, participação acionária e governança da empresa.

6) As responsabilidades do Conselho de Administração.	A estrutura de governança corporativa deve assegurar a orientação estratégica da empresa, o controle eficaz da gestão pelo conselho e a prestação de contas da diretoria para a empresa e acionistas.
---	---

Fonte: adaptado do *OECD Principles of Corporate Governance* (2004).

Esses princípios são instrumentos vivos oferecendo normas não vinculativas e boas práticas, bem como orientações sobre a aplicação, que pode ser adaptados às circunstâncias específicas de cada país e região. Os modelos diferem de acordo com a variedade de capitalismo em que estão inseridos. O modelo anglo-americano tende a enfatizar os interesses dos acionistas. Já o modelo da Europa Continental e do Japão reconhecem também os interesses dos trabalhadores, gestores, fornecedores, clientes e a comunidade. A distinção é relacionada entre os modelos orientados para o mercado e para a governança corporativa (SHLEIFER; VISHNY, 1996; PORTA, 1999; AGUILERA; JACKSON, 2003).

No Brasil, os fracos mecanismos de governança têm sido apontados como uma das causas do baixo desenvolvimento do mercado acionário brasileiro (DE CARVALHO, 2002). Dentre as principais iniciativas de estímulo e aperfeiçoamento destacam-se: (i) a criação do Novo Mercado pela Bolsa de Valores de São Paulo; (ii) as linhas de crédito especiais oferecidas pelo BNDES; (iii) as novas regras de investimento por parte de fundos de pensão; e (iv) o projeto de reforma das demonstrações contábeis (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

A quantidade e o tipo de informações contábeis a serem divulgadas no Brasil, estão na Lei 6.404/76 que dispõem sobre as Sociedades por Ações, e pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

2.3 RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Como parte da resposta aos escândalos corporativos que foram manchete dos principais jornais veiculados pelo mundo (MALLIN, 2011), países e acionistas despertaram para a necessidade de novas regras que os protegessem dos abusos da diretoria executiva das empresas, da inércia de conselhos de administração inoperantes e das omissões das auditorias externas (COOPER et al. 2005).

Na intenção de proteger os investidores, melhorando a precisão e a confiabilidade das divulgações corporativas a Câmara dos EUA aprovou o Projeto de lei do deputado Oxley que posteriormente foi conciliado com o Projeto de Lei do senador Sarbanes. Sancionado final de julho de 2002 com o nome de “Lei Sarbanes-Oxley de 2002” incluiu as reformas de maior alcance de práticas de negócios americanas desde a época de Franklin D. Roosevelt (ROMANO, 2004; PRENTICE; SPENCE, 2006; ZHANG, 2007; COHEN; DEY, 2008).

Outra iniciativa é dedicada ao fornecimento de liderança de pensamento através do desenvolvimento de estruturas e de orientação na gestão de riscos das empresas. O COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), originalmente desenvolvido para atender a tal fim, contemplou cinco componentes de controle necessários para garantir os objetivos do negócio. Os componentes estabelecidos pelo COSO em sua primeira versão foram: (i) controle ambiental; (ii) avaliação de risco; (iii) controle de atividades; (iv) informação e comunicação; e (v) monitoramento. Os cinco componentes interligados fornecem um sistema de controle efetivo (KLAMM; WATSON, 2009).

A globalização do mercado inaugurou uma era em que a qualidade da governança corporativa é um componente crucial de sobrevivência das empresas. A compatibilidade de práticas de governança corporativa com padrões globais tornou-se também uma parte importante do sucesso empresarial. Grandes mudanças estruturais nos sistemas de governança corporativa – tanto dentro dos parâmetros da legislação existente quanto através de estruturas recém-legisladas, foram implementadas em muitas empresas no mundo a partir do final dos anos 1990 (WHITTAKER; DEAKIN, 2010).

As melhores práticas de governança corporativa e de instrumentos de gestão estão sujeitas a padrões e normas nacionais e internacionais. Para atender essas normas, as empresas se valem de instrumentos e direcionadores empresariais tais como o cumprimento dos padrões requeridos, com o objetivo de proteger os investidores por meio da confiabilidade das informações divulgadas por relatórios pela empresa. O relatório de governança e sustentabilidade também é conhecido por relatório social (GRI, 2000; UPHAM; TOMEI; DENDLER, 2011; BRENES; MADRIGAL; REQUENA, 2011). A última década tem assistido a um aumento da pressão para ampliar a prestação de contas das empresas como um todo (NEWELL, 2005). O desenvolvimento de indicadores de desempenho ambiental a nível global, regional, nacional, comunitário para empresas desenvolveu-se significativamente nos últimos dez anos (HARDING, 2006; BINDER et al. 2012). Há, no entanto, menos harmonização e acordo sobre os quadros e indicadores comuns para questões do desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social) (SPANGENBERG, 2002; HEZRI; DOVERS, 2006; SEARCY, 2012).

A coleta de dados para fins de estabelecimento de uma avaliação global do estado do nosso planeta e do bem-estar de seus habitantes se dá de forma *top-down* e *bottom-up*. Em sua escala grandiosa, a coleção *top-down* assume a forma de sistemas de observação global – por exemplo, através de satélite. Na escala micro nível, a coleção *bottom-up* pode assumir a forma de pequenas estimativas de área (por exemplo, com base em entrevistas unidade doméstica) e levantamentos ou relatórios às autoridades locais e empresas individuais. Entre esses métodos de macro e micro nível da busca de dados, o processamento e apresentação dos indicadores de sustentabilidade podem assumir várias formas, desde bancos de dados (Sistema de Informação Geográfica ou GIS) espacial e mapas de indicadores de estado do ambiente relatórios socioeconômicos e índices compostos (BENNET; LUGT, 2004).

A *Global Reporting Initiative* (GRI) incentiva os relatórios de sustentabilidade das organizações. Embora, os relatórios de sustentabilidade em níveis mais elevados de agregação tornem-se mais complexos. Para os indicadores de desenvolvimento sustentável serem realmente eficazes, um conjunto comum deve emergir que seja universalmente adotado e compreendido por todos. Além disso, há muitos pontos de coleta no sistema de governança global e quanto às diferentes escalas de análise, do local ao global, que são importantes, idealmente deve haver uma troca de informações entre os sujeitos envolvidos (GRI, 2000; BINDER et al. 2012).

Os Relatórios de Responsabilidade Social Corporativa RSE assumem muitas formas, mas a mais comum é a produção de informação no relatório anual e um pacote de contas (incluindo informações obrigatórias) e/ou a produção de relatórios de *stand-alone* (que são voluntários) (BEBBINGTON et al. 2008).

A comunicação social refere-se ao processo de evidenciar os efeitos sociais e ambientais das organizações econômicas (GRAY et al. 1995; ADAMS et al. 1998; HOOGHMSTRA, 2000; MAHADEO, 2011). A comunicação aborda os aspectos positivos

e negativos do desempenho ambiental e social da empresa com o objetivo de aumentar a transparência e a construção de boa vontade com as partes interessadas, como acionistas, investidores, funcionários, membros da comunidade e seus clientes.

Na prática, as pequenas e médias empresas são menos propensas a emitir relatórios de sustentabilidade. No entanto, a elaboração de relatórios sobre o desempenho de sustentabilidade pode ajudá-las a ganhar credibilidade com os clientes, investidores e instituições financeiras que estão cada vez mais olhando para medição ambiental e a comunicação como uma ferramenta para avaliar a qualidade de crédito e o perfil de risco das empresas. Assim, a elaboração de um relatório tem por objetivo promover um meio de comunicar informações aos interessados para ganhar a confiança e a credibilidade. Isso pode ser tão simples como o envio de informações em seu site, ou o fornecimento de uma atualização para fornecedores, clientes e funcionários, parte do caminho para relatórios de sustentabilidade anual mais robusto e complexo (O'ROURKE, 2004; GRI, 2013).

Apesar dos esforços de se promover uma discussão que estimule as organizações a adotarem tais relatórios como uma prática de comunicação corporativa, o que se tem observado é que muitas empresas têm denotado em desenvolver iniciativas de sustentabilidade que são integradas com suas atividades regulares. Há uma série de razões para isso, mas um dos principais motivos, segundo Searcy (2009), é que a sustentabilidade empresarial é fundamentalmente um problema complexo, caracterizado por metas pluralistas, ambiguidade, incerteza, contexto de emergência e dominância.

Neste contexto, torna-se oportuno investigar como as organizações estão tratando esta temática no contexto da comunicação corporativa estabelecida entre as empresas e seus diferentes investidores, motivação pela qual se realiza este estudo.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A BM&FBOVESPA procura incentivar as boas práticas de transparência e gestão por meio de diversas estratégias. A criação dos segmentos de listagem com níveis diferentes de governança corporativa – Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2, e Bovespa Mais – e os índices de sustentabilidade ISE, IGC e ICO2 são exemplos de tais ações. A BM&FBOVESPA passa a recomendar que as empresas listadas indiquem no Formulário de Referência o Relatório de sustentabilidade ou similar (SÃO PAULO, 2011^b).

O Novo Mercado BM&FBOVESPA foi implantado em dezembro de 2000 pela antiga Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O Novo Mercado é um segmento especial de listagem desenvolvido com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimule, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das companhias (BM&FBOVESPA, 2009).

A adesão de uma empresa ao Novo Mercado é voluntária e concretiza-se com a assinatura de um contrato entre a companhia, seus controladores, administradores e a BM&FBOVESPA. Pelo contrato, as partes acordam em cumprir o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que consolida todos os requisitos adicionais desse segmento e também adotam a arbitragem para a solução de eventuais conflitos societários que possam surgir. Para isso, foi constituída pela Bolsa a Câmara de Arbitragem do Mercado, oficialmente instalada em 27/7/2001 (BM&FBOVESPA, 2009).

Presume-se que a governança corporativa das empresas listadas na BM&FBOVESPA no setor de atuação de Materiais Básicos atendam aos compromissos e às adições existentes

nas exigências da BM&FBOVESPA. Tais compromissos referem-se à prestação de informações que facilitam o acompanhamento e a fiscalização dos atos da administração e dos controladores da companhia e à adoção de regras societárias que melhor equilibram os direitos de todos os acionistas, independentemente da sua condição de controlador ou investidor (BM&FBOVESPA, 2009). Cabe a BM&FBOVESPA o dever de fiscalizar e, se for o caso, punir os infratores do não cumprimento dos requisitos estabelecidos.

Na BM&FBOVESPA, a sustentabilidade é vista como um novo modelo de gestão que inspira a condução dos negócios em sinergia com os interesses atuais e futuros, tanto da sociedade quanto do planeta. Fortemente compromissada com o tema, a BM&FBOVESPA **procura incorporar** o conceito de sustentabilidade a seus produtos e serviços envolvendo todas as áreas de negócio da companhia.

Neste contexto, a partir da realização deste estudo busca-se, através de um delineamento transversal descritivo e analítico, contribuir para o esforço contínuo de se compreender a sustentabilidade corporativa. Desta forma, esta pesquisa caracteriza-se, quando aos objetivos, como um estudo transversal descritivo e quanto aos procedimentos como uma pesquisa documental.

Para tanto, buscou-se analisar nos relatórios de sustentabilidade das companhias investigadas um amplo conjunto de ações ambientais tomadas pelas empresas listadas no setor de atuação de Materiais Básicos, no exercício de 2012. Assim, com base nos indicadores de sustentabilidade propostos pela *Global Reporting Initiative* (2003), investigou-se o panorama das empresas listadas em relação à prática de evidenciação de preocupações ambientais nas operações comerciais nos relatórios de sustentabilidade corporativa.

Adaptado do *Global Reporting Initiative* (2003), o processo de enquadramento dos indicadores selecionados para a realização desta pesquisa é demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3: Global Reporting Initiative

Indicadores Ambientais	Tópicos dos Aspectos a Serem Evidenciados
Materiais	<ul style="list-style-type: none">- Materiais usados por peso ou volume;- Percentagem de materiais utilizados de insumos reciclados.
Energia	<ul style="list-style-type: none">- Consumo de energia dentro da organização;- Consumo de energia fora da organização;- Intensidade energética;- Redução do consumo de energia;- Redução na necessidade de energia dos produtos e serviços.
Água	<ul style="list-style-type: none">- Retirada de água por fonte;- Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água;- Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none">- Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro, ou adjacente a, e zonas de áreas de alto valor de biodiversidade fora de proteção;- Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade desprotegidas;- Habitats protegidos ou restaurados;- Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação de habitats em áreas afetadas por operações por nível de extinção de risco.
Emissões	<ul style="list-style-type: none">- Emissão direta de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1);- Emissão indireta de gases de efeito estufa (GHG) (Escopo 2);- Outros gases de efeito estufa indireto (GHG) (Escopo 3);- Intensidade gases de efeito estufa (GHG);- Redução de gases de efeito estufa (GHG);- Emissões de substâncias destruidoras de ozônio (ODS);- NO_x, SO_x, e outras emissões atmosféricas significativas.

Efluentes e Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> - Descarte total de água por qualidade e destinação; - Peso total de resíduos por tipo e método de disposição; - Número e volume total de registros de derramamentos significativos; - Total de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos do anexo da Convenção de Basileia I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados internacionalmente; - Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora; - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
Práticas de Investimento e de Aquisições	<ul style="list-style-type: none"> - Número total e percentual de contratos de investimentos significativos e contratos que incluam cláusulas dos direitos humanos; - Total de horas de formação em direitos humanos dos funcionários que sejam relevantes às operações, incluindo o percentual de empregados treinados.
Produtos e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão dos impactos, mitigação dos impactos ambientais de produtos e serviços; - Percentual de produtos e embalagens recuperados por categoria.
Conformidade	<ul style="list-style-type: none"> - Valor monetário gastos com multas e número total de sanções não monetárias para a não conformidade com as leis e regulamentos ambientais.
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais nas operações da organização, bem como do transporte da força de trabalho.
Geral	<ul style="list-style-type: none"> - Total de gastos e investimentos ambientais por tipo.

Fonte: adaptado do GRI (2000).

A população objeto de estudo compreendeu as 39 empresas listadas no setor de atuação de Materiais Básicos, que publicaram relatórios de sustentabilidade no exercício de 2012. A escolha se deu por este segmento apresentar grandes empresas com atuação em atividades que requerem medidas prudenciais pelo alto risco ambiental envolvido em suas atividades, em resposta a uma nova concepção da problemática ambiental de proteger a natureza para transformar a sociedade.

A importância da evidenciação do desempenho sustentável dessas empresas se traduz na compreensão de novos significados, valores, novas práticas e os tipos de relações que estão sendo criados pelas organizações. As medidas prudenciais reclamam evidenciação da gestão de risco ambiental em conformidade regulatória. A comunicação anual através de relatórios ambientais deve identificar, de forma mais explícita, quais são os riscos enfrentados pelas companhias. O Quadro 4 apresenta o setor, o subsetor do segmento escolhido e a quantidade de empresas relacionadas.

Quadro 4: Setor de Materiais Básicos

Setor	Subsetor	Segmento	N. Empresas
Materiais Básicos	Embalagens	Embalagens	2
	Madeira e Papel	Madeira	2
		Papel e Celulose	7
	Materiais Diversos	Materiais Diversos	3
	Mineração	Minerais Metálicos	4
		Minerais Não Metálicos	1
	Químicos	Fertilizantes e Defensivos	2
Petroquímicos		5	
Siderurgia e Metalurgia	Químicos Diversos	1	
	Artefatos de Cobre	1	
	Artefatos de Ferro e Aço	6	
	Siderurgia	5	
TOTAL DE EMPRESAS			39

Fonte: dados da pesquisa

Portanto, a amostra da pesquisa é caracterizada como não aleatória e intencional. Os dados do estudo foram coletados por meio de pesquisa documental nos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas pesquisadas no ano de 2012. A pesquisa documental aplicada é um método que pode ser utilizado com qualquer um dos dados qualitativos ou quantitativos e de forma indutiva ou dedutiva (ELO; KYNGÄS, 2008). O método é parte da pesquisa qualitativa, onde os pesquisadores adotaram a estratégia documental para imergir e familiarizar-se com o ambiente em investigação (DEVETAK; GLAŽAR; VOGRINC, 2010). Isso requereu que os dados fossem analisados e interpretados a fim de obter o significado, ganhar a compreensão e desenvolver o conhecimento empírico (RAPLEY, 2007; CORBIN; STRAUSS, 2008). Os relatórios de sustentabilidade são documentos com fatos sociais que são produzidos, compartilhados e utilizados de forma socialmente organizada (ATKINSON; COFFEY, 2011). Os dados foram analisados e tabulados de acordo com os aspectos evidenciados no Quadro 3, tomando como referência as diretrizes para relatórios de sustentabilidade apresentado pela GRI (2000). Os relatórios de sustentabilidade das empresas foram comparados com os modelos de relatórios e princípios de divulgação padrão da GRI (2000) e tabulados conforme exposição na análise dos dados no tópico 4.

Dada à complexidade do tema e às particularidades das informações nos relatórios, cada empresa foi analisada individualmente. Como limitações da pesquisa, o estudo tomou como base apenas o modelo de relatório e princípios de divulgação padrão da GRI (2000) e os indicadores ambientais evidenciados pelas empresas. Os resultados da análise realizada são apresentados a seguir.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados é concebida inicialmente por meio do enquadramento das empresas listadas no setor de Materiais Básicos no segmento por empresas, conforme exposto no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5: Empresas listadas e evidenciação de sustentabilidade

RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO	SEGMENTO	RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
ÉVORA S.A.	EVORA		
METALGRAFICA IGUACU S.A.	METAL IGUACU		
DURATEX S.A.	DURATEX	NM	X
EUCATEX S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.	EUCATEX	N1	
CELULOSE IRANI S.A.	CELUL IRANI		X
CIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO	MELHOR SP		
FIBRIA CELULOSE S.A.	FIBRIA	NM	X
KLABIN S.A.	KLABIN S/A	N1	
SANTHER FAB DE PAPEL STA THEREZINHA S.A.	SANTHER		
SUZANO HOLDING S.A.	SUZANO HOLD		
SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	SUZANO PAPEL	N1	
CIA PROVIDENCIA INDUSTRIA E COMERCIO	PROVIDENCIA	NM	
MAGNESITA REFRACTORIOS S.A.	MAGNESITA SA	NM	

SANSUY S.A. INDUSTRIA DE PLASTICOS	SANSUY		
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.	LITEL	MB	
MANABI S.A.	MANABI		
MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	MMX MINER	NM	
VALE S.A.	VALE	N1	
CCX CARVÃO DA COLÔMBIA S.A.	CCX CARVAO	NM	
FERTILIZANTES HERINGER S.A.	FER HERINGER	NM	X
NUTRIPLANT INDUSTRIA E COMERCIO S.A.	NUTRIPLANT	MA	
BRASKEM S.A.	BRASKEM	N1	
ELEKEIROZ S.A.	ELEKEIROZ		X
GPC PARTICIPAÇÕES S.A.	GPC PART		
M G POLIESTER S.A.	M G POLIEST		
UNIPAR CARBOCLORO S.A.	UNIPAR		
CRISTAL PIGMENTOS DO BRASIL S.A.	MILLENNIUM		
PARANAPANEMA S.A.	PARANAPANEMA	NM	X
FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	FIBAM		
MANGELS INDUSTRIAL S.A.	MANGELS INDL	N1	
METALURGICA DUQUE S.A.	MET DUQUE		
PANATLANTICA S.A.	PANATLANTICA		
SIDERURGICA J. L. ALIPERTI S.A.	ALIPERTI		
TEKNO S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO	TEKNO		
CIA FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA	FERBASA	N1	
CIA SIDERURGICA NACIONAL	SID NACIONAL		
GERDAU S.A.	GERDAU	N1	
METALURGICA GERDAU S.A.	GERDAU MET	N1	
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	USIMINAS	N1	X

Fonte: Dados da pesquisa

(*) Cotação por lote de mil

(NM) Cia. Novo Mercado

(N1) Nível 1 de Governança Corporativa

(MB) Cia. Balcão Org. Tradicional

(MA) Bovespa Mais

Das 39 empresas listadas, participantes dos mercados da BM&FBOVESPA no setor de atuação de Materiais Básicos, verificou-se que apenas 7 adotam o modelo de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade. O baixo número das empresas na adoção da evidenciação de Relatórios de Sustentabilidade contraria o Comunicado Interno 017/2011-DP de dezembro de 2011, em que a BM&FBOVESPA recomenda que as empresas listadas indiquem no Formulário de Referência a publicação dos referidos relatórios (SÃO PAULO, 2011^{a, b}).

Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando a atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas.

Os relatórios de sustentabilidade baseados na estrutura definida pelo GRI divulgam resultados e também consequências, que ocorreram durante o período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da abordagem de gestão adotados pela organização. Logo, a estrutura utilizada pelo GRI para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade destas empresas pode ser um eficiente instrumento de comunicação corporativa, uma vez que a partir

de tal estrutura, torna-se possível evidenciar as melhores práticas de governança baseada em padrões e normas nacionais e internacionais imprimindo confiabilidade das informações publicadas (GRI, 2000; UPHAM; TOMEI; DENDLER, 2011; BRENES; MADRIGAL; REQUENA, 2011).

Os relatórios corporativos têm como base a evidenciação de questões ambientais e/ou sociais (SEARCY, 2012). Normalmente, apresentam argumentos do tipo de desempenho ambiental observáveis das organizações econômicas (GRAY et al. 1995; ADAMS et al. 1998; HOOGHMSTRA, 2000; MAHADEO, 2011), revelando informações importantes sobre a responsabilidade ambiental da empresa para investidores e outras partes interessadas em avaliar o desempenho nas áreas de inovação de processos e diferenciação do produto.

Tendo em vista que determinadas organizações têm denotado em desenvolver iniciativas de sustentabilidade (SEARCY, 2009), procurou-se verificar quais informações estão sendo divulgadas pelas empresas que apresentaram relatório de sustentabilidade no período investigado na pesquisa. Tais resultados são apresentados no Quadro 6.

Quadro 6: Enquadramento das empresas listadas pelo GRI

	Indicadores de Desempenho Ambiental	Empresas com abordagem de gestão
Indicadores Ambientais	Materiais	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; ELEKEIROZ; USIMINAS.
	Energia	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; ELEKEIROZ; PARANAPANEMA; USIMINAS.
	Água	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; ELEKEIROZ; PARANAPANEMA; USIMINAS.
	Biodiversidade	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.
	Emissões, Efluentes e Resíduos	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.
	Práticas de Investimento e de Aquisições	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; USIMINAS.
	Produtos e Serviços	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.
	Conformidade	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; USIMINAS.
	Transporte	DURATEX; CELUL IRANI.
	Geral	CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.

Fonte: dados da pesquisa

Como se pode verificar no Quadro 6, dez indicadores de desempenho ambiental são compreendidos nos relatórios de gestão. Os Indicadores Ambientais no atendimento do GRI normalmente são quantitativos com foco na gestão ambiental interna, com base na legislação ambiental e normas da ISO 14000, em que as empresas se apoiam numa abordagem preventiva aos desafios ambientais. As empresas foram enquadradas em conformidade com a atividade e seus impactos de diferentes tipos e intensidades, conforme Quadro 3 com as normas gerais de divulgação aplicáveis a todas as organizações que optaram pela elaboração de relatórios de sustentabilidade. O maior ou menor número de informações evidenciadas depende da escolha e opção do acordo das empresas em identificar o necessário geral para a divulgação padrão.

Vale ressaltar que as empresas estão preocupadas na evidenciação de dois indicadores específicos, na administração e conservação dos recursos hídricos e energéticos. Na eficiência hídrica, as empresas prestam atenção ao descarte total de água, por qualidade e destinação, e na identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatadora. E a outra preocupação latente evidenciada, é a economia de energia, em que as empresas fazem notar o consumo de energia direta discriminado por fonte

de energia primária, a energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência, as iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas, e principalmente, as iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.

O grupo de indicadores do Quadro 3 orienta as escolhas em garantir a qualidade das informações no relatório de sustentabilidade. As decisões relacionadas com o processo de preparação da informação dependem do tipo de indústria e serviço, bem como as decisões da escolha e opção do acordo das empresas em identificar o necessário geral para a divulgação padrão. Os indicadores e suas abordagens no Quadro 6, materiais, práticas de investimento e de aquisições, produtos e serviços, conformidade, geral, e principalmente, transporte, foram evidenciados em menor número. O GRI recomenda que para alcançar a transparência nos relatórios de sustentabilidade, o conteúdo e a qualidade devem cobrir, considerando as atividades da organização, impactos, e as expectativas e interesses dos seus stakeholders. A qualidade da informação e abrangência é importante para permitir que as partes interessadas possam fazer suas avaliações e tomar medidas apropriadas.

Após a análise da estrutura do relatório de sustentabilidade emitido pelas empresas pesquisadas, a luz do modelo teórico proposto pelo *Global Reporting Initiative* (2003), procurou-se identificar o conteúdo das informações mais evidenciadas pelas empresas neste período. O Quadro 7 apresenta o enquadramento das sete empresas objeto deste estudo na evidenciação dos relatórios de sustentabilidade com base nos parâmetros estabelecidos pelo GRI (2003).

Quadro 7: Enquadramento das empresas listadas

Indicadores	Enquadramento das empresas listadas	Empresas
Materiais	No enquadramento do desempenho ambiental no aspecto Materiais, apenas duas empresas não evidenciam os materiais utilizados por peso ou por volume, nem mesmo as porcentagens de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.	FER HERINGER; PARANAPANEMA
Energia	No aspecto Energia, todas as sete empresas evidenciam o consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária; consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária; total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência; iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas; e finalmente, iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas.	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; ELEKEIROZ; PARANAPANEMA; USIMINAS.
Água	A categoria Água expressa o consumo total de água, por fonte; recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água; e o percentual e volume total de água reciclada e reutilizada. As sete empresas cumprem seu papel nas boas práticas de transparência e gestão ambiental no indicador água.	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; ELEKEIROZ; PARANAPANEMA; USIMINAS.
Biodiversidade	As empresas ELEKEIROZ e PARANAPANEMA não atendem às diretrizes do GRI no indicador Biodiversidade. As demais empresas respondem a todas as diretrizes na elaboração dos relatórios no quesito biodiversidade. O desempenho relacionado com a Biodiversidade busca evidenciar a localização e áreas dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas; descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; habitats protegidos ou recuperados; estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade; e, por fim, número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies,	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.

	com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	
Emissões, Efluentes e Resíduos	Emissões, Efluentes e Resíduos busca evidenciar as emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso; outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso; iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas; emissão de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso; NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso; descarga total de água, por qualidade e destino; quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação; número e volume total de derrames significativos; peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional; identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial. Apenas duas empresas não atendem a este aspecto: ELEKEIROZ e PARANAPANEMA, as demais empresas atendem parcialmente na evidenciação dos indicadores de Emissões, Efluentes e Resíduos.	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.
Práticas de Investimento e de Aquisições	No quesito Direitos Humanos no aspecto Práticas de Investimento e de Aquisições as empresas FERTILIZANTES HERINGER S.A.; ELEKEIROZ S.A.; PARANAPANEMA S.A. não evidenciam nos seus relatórios essa designação recomendada pelo GRI. O conjunto de práticas de investimentos e de aquisições busca evidenciar a percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos à análise referentes aos direitos humanos; percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas; e o número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que se beneficiaram em formação. Aspectos esses abordados por três empresas.	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; USIMINAS.
Produtos e Serviços	O conjunto de características do aspecto Produtos e Serviços comprovam as iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto; e a percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria. Estes indicadores foram reportados pelas empresas exceto ELEKEIROZ e PARANAPANEMA não divulgam este quesito nos seus relatórios de sustentabilidade.	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.
Conformidade	A determinante Conformidade apresenta os aspectos relativos a montantes envolvidos no pagamento de coisas significativas e o número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais, aspecto este evidenciado pelas empresas. no entanto as empresas FER HERINGER; ELEKEIROZ; e PARANAPANEMA não tornam evidente a determinante conformidade em seus relatórios.	DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; USIMINAS.
Transporte	A unidade Transporte expõe os impactos ambientais significativos resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários. Apenas duas empresas monitoraram o indicador transporte.	DURATEX; CELUL IRANI.
Geral	O aspecto Geral aduz o total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo. Três empresas: DURATEX S.A.; ELEKEIROZ S.A.; PARANAPANEMA S.A. não evidenciam esta designação. No entanto, as demais empresas demonstram as atividades do aspecto geral com a proteção do ambiente.	CELUL IRANI; FIBRIA; FER HERINGER; USIMINAS.

Fonte: dados da pesquisa

De maneira geral pode-se verificar que a sustentabilidade empresarial é fundamentalmente um problema complexo, caracterizado por metas pluralistas, ambiguidade, incerteza, contexto de emergência e dominância, discutido por Searcy (2009). Os relatórios evidenciaram de certo modo questões relevantes para a sustentabilidade. No entanto, apesar das contribuições dos relatórios, ainda existem muitas questões relacionadas com a forma do desenvolvimento e questões a serem abordadas, isso fica claro no Quadro 7 em que a empresa DURATEX a que mais atende o modelo proposto pela GRI (2000). A luz da teoria, a adoção

de estratégias de negócios e atividades que atendam às necessidades da empresa e seus *stakeholders* é cada vez mais aplicado no âmbito corporativo. Os debates em cursos sobre a sustentabilidade no contexto corporativo parecem recair sobre os sistemas de medição de desempenho e na dificuldade das empresas em assumirem metas e objetivos de sustentabilidade.

Em relação aos segmentos de governança, é possível observar um passo incipiente por algumas empresas na adoção parcial da evidenciação das boas práticas no relatório de sustentabilidade. Nota-se que apenas sete empresas publicam relatórios de sustentabilidade, destas, a DURATEX; CELUL IRANI; FIBRIA; USIMINAS, são as que parecem atender o modelo proposto pela GRI (2000), as demais publicam nos seus relatórios um atendimento parcial dos indicadores ambientais. Tais informações qualificam a análise dos dados como um passo embrionário a adesão às boas práticas de transparência e gestão no setor de Materiais Básicos, isso assinala a importância do estudo em promover o debate da sustentabilidade no contexto corporativo brasileiro.

5 CONCLUSÃO

Assim como a governança corporativa, o desempenho sustentável empenha-se com especificações e o cumprimento de normas e procedimentos prévios. Para atender essas normas, o instrumento direcionador adotado foi adaptado do *Global Reporting Initiative* por ser universalmente aprovado e compreendido por todos. O relatório de sustentabilidade é um tipo de relatório corporativo ou organizacional apresentado no decorrer deste artigo por Cornell e Shapiro (1987). O relatório de sustentabilidade cujo papel é transmitir informações relacionadas à sustentabilidade de forma que seja comparável com o relatório financeiro, deve ser publicado anualmente.

Os relatórios de sustentabilidade que foram analisados buscam mostrar na prática a evidenciação das preocupações sociais e ambientais nas operações comerciais e nas interações com as partes interessadas, fato que vem ao encontro com as definições da sustentabilidade descritas no referencial teórico deste artigo. Apesar dos esforços, as sete empresas têm apresentado iniciativas de sustentabilidade integradas com suas atividades regulares.

O objetivo deste trabalho foi contribuir para o esforço contínuo de compreender a sustentabilidade corporativa. Buscou-se analisar nos relatórios de sustentabilidade um amplo conjunto de ações ambientais tomadas pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA do setor de Materiais Básicos, no exercício de 2012. Assim, com base nos indicadores de sustentabilidade propostos por *Global Reporting Initiative* (2003), investigou-se o panorama de sete empresas listadas em relação à prática de evidenciação de preocupações ambientais nas operações comerciais nos relatórios de sustentabilidade corporativa.

Os resultados encontrados tornam evidente a necessidade de maior adoção pelas empresas listadas na BM&FBovespa do setor de Materiais Básicos, a sustentabilidade ambiental ainda não tem despertado interesse em grande número das empresas listadas relacionadas no cumprimento das expectativas ambientalmente mais responsáveis. As informações ambientais corporativas das empresas que foram objeto deste estudo preenchem de certa forma uma exigência das partes interessadas. A sustentabilidade, referida por Dyllick e Hockerts (2002) como um mantra no século 21, continua como a promessa de evolução da sociedade rumo a um mundo mais justo e rico em que o ambiente natural e as nossas realizações culturais sejam preservadas para as gerações vindouras.

A adesão das sete empresas analisadas a sistemas formais de sustentabilidade corporativa reconquista a confiança nos mercados e corporações, em particular. São empresas ativamente empenhadas na discussão do *triple bottom line* e na construção da sustentabilidade, empresas empenhadas na busca da credibilidade e confiança dos mais diferentes *stakeholders*.

As limitações foram apresentadas nos métodos e procedimentos de pesquisa, para futuras pesquisas, sugere-se que a análise seja ampliada para além dos indicadores ambientais, incluindo os dados relativos a indicadores sociais e econômicos.

Por fim, o baixo número de empresas que evidenciam relatórios de sustentabilidade vai de encontro com o comunicado externo de 2011, no incentivo às boas práticas de transparência e gestão a partir de 2012 no Formulário de Referência.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; HILL, W.-Y.; ROBERTS, C. B. Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour?. **The British Accounting Review**, v. 30, n. 1, p. 1-21, 1998.

ADAMS, C.; ZUTSHI, A. Corporate social responsibility: why business should act responsibly and be accountable. **Australian Accounting Review**, v. 14, n. 34, p. 31-39, 2004.

AGRAWAL, A.; CHADHA, S. Corporate Governance and Accounting Scandals. **Journal of Law and Economics**, v. 48, n. 2, p. 371-406, 2005.

AGUILERA, R. V.; JACKSON, G. The cross-national diversity of corporate governance: Dimensions and determinants. **Academy of Management Review**, v. 28, n. 3, p. 447-465, 2003.

ARMSTRONG, C. S.; GUAY, W. R.; WEBER, J. P. The role of information and financial reporting in corporate governance and debt contracting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2, p. 179-234, 2010.

ATKINSON, P.; COFFEY, A. Analysing documentary realities. In: SILVERMAN, David (Ed.). **Qualitative research**. 3.ed. London: Sage, 2011.

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, J. M. Corporate social reporting and reputation risk management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 3, p. 337-361, 2008.

BENNET, N.; LUGT, C. V. D. Tracking Global Governance and Sustainability: Is the System Working?. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (Ed.). **The triple bottom line, does it all add up?: assessing the sustainability of business and CSR**. Londres: Earthscan, pp. 45-58, 2004.

BERLE, A. A.; MEANS, G. G. C. **The modern corporation and private property**. Transaction Books, 1932.

BERRY, M. A.; RONDINELLI, D. A. Proactive corporate environmental management: a new industrial revolution. **The Academy of Management Executive**, v. 12, n. 2, p. 38-50, 1998.

BINDER, C. R.; SCHMID, A.; STEINBERGER, J. K. Sustainability solution space of the Swiss milk value added chain. **Ecological Economics**, v. 83, p 2010-2020, 2012.

BM&FBOVESPA, Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros. **Novo Mercado: Governança Corporativa**. Novo Mercado BM&FBOVESPA. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/Folder_NovoMercado.pdf. Acesso em: 07 dez 2013.

BRENES, E. R.; MADRIGAL, K.; REQUENA, B. Corporate governance and family business performance. **Journal of Business Research**, v. 64, n. 3, p. 280-285, 2011.

BROWN, H. S.; DE JONG, M.; LESSIDRENSKA, T.. The rise of the Global Reporting Initiative: a case of institutional entrepreneurship. **Environmental Politics**, v. 18, n. 2, p. 182-200, 2009.

CADBURY, A. et al. Committee On The Financial Aspects Of Corporate Governance. **Gee, London**, 1992.

CLARKE, T.. **International corporate governance: A comparative approach**. Routledge, 2007.

COFFEE, J. C. A theory of corporate scandals: Why the USA and Europe differ. **Oxford review of economic policy**, v. 21, n. 2, p. 198-211, 2005.

COFFEE, J. C. The rise of dispersed ownership: The roles of law and the state in the separation of ownership and control. **The Yale Law Journal**, v. 111, n. 1, p. 1-82, 2001.

COHEN, D. A.; DEY, A.; LYS, T. Z. Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-Sarbanes-Oxley periods. **The Accounting Review**, v. 83, n. 3, p. 757-787, 2008.

CONSTANTINIDES, G. M.; HARRIS, M.; STULZ, R. M. (Ed.). **Handbook of the Economics of Finance: Corporate finance**. Access Online via Elsevier, 2003.

COOPER, D. J.; EVERETT, J.; NEU, D. Financial scandals, accounting change and the role of accounting academics: A perspective from North America. **European Accounting Review**, v. 14, n. 2, p. 373-382, 2005.

CORBIN, J.; STRAUSS, A. **Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. 3.ed. London: Sage, 2007.

CORNELL, B.; SHAPIRO, A. C. Corporate stakeholders and corporate finance. **Financial management**, p. 5-14, 1987.

COSO, Committee Of Sponsoring Organizations Of The Treadway Commission. Enterprise risk management integrated framework. New York: COSO, 2004. Disponível em: <http://www.theiia.org/download.cfm?file=9229>. Acesso em: 18 out 2013.

DAWSON, S. Balancing Self-interest and Altruism: corporate governance alone is not enough. **Corporate Governance: An International Review**, v. 12, n. 2, p. 130-133, 2004.

DE CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

- DEVETAK, I.; GLAŽAR, S. A.; VOGRINC, J.. The role of qualitative research in science education. **Eurasia Journal of Mathematics, Science & Technology Education**, v. 6, n. 1, p. 77-84, 2010.
- DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. **Academy of management Review**, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.
- DYLLICK, T.; HOCKERTS, K.. Beyond the business case for corporate sustainability. **Business strategy and the environment**, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.
- ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (Ed.). **The triple bottom line, does it all add up?: assessing the sustainability of business and CSR**. Londres: Earthscan, 2004. pp. 1-16.
- ELO, S.; KYNGÄS, H. The qualitative content analysis process. **Journal of advanced nursing**, v. 62, n. 1, p. 107-115, 2008.
- FUENZALIDA, D. et al. Good corporate governance: Does it pay in Peru?. **Journal of Business Research**, n. 66, p 1759-1770, 2013.
- GOODLAND, R. The concept of environmental sustainability. **Annual Review of Ecology and Systematics**, p. 1-24, 1995.
- GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.
- GRI, Global Reporting Initiative. G4 Sustainability Reporting Guidelines. Reporting Principles and Standard Disclosures. 2013.
- GRI, Global Reporting Initiative. Sustainability Reporting Guidelines: on Economic, Environmental, and Social Performance. 2000.
- HARDING, R. Ecologically sustainable development: origins, implementation and challenges. **Desalination**, v. 187, n. 1, p. 229-239, 2006.
- HAWKIN, P. The ecology of commerce: A declaration of sustainability. **New York: Harpers Business**, n.59, p. 54-61, 1993.
- HEZRI, A. A.; DOVERS, S. R. Sustainability indicators, policy and governance: issues for ecological economics. **Ecological Economics**, v. 60, n. 1, p. 86-99, 2006.
- HOOGHMSTRA, R.. Corporate communication and impression management—new perspectives why companies engage in corporate social reporting. **Journal of business ethics**, v. 27, n. 1-2, p. 55-68, 2000.
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 4.ed. São Paulo: IBGC, 2009.
- IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Relatório anual: aprofundando as discussões sobre conselhos. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC, 2012.

JAMES, D.. The Modern Corporation and Private Property, by Adolf A. Berle Jr. and Gardiner C. Means. **Indiana Law Journal**, v. 8, n. 8, p. 11, 1933.

JOSE, A.; LEE, S-M. Environmental reporting of global corporations: a content analysis based on website disclosures. **Journal of Business Ethics**, v. 72, n. 4, p. 307-321, 2007.

JUNIOR, A. da S.; MUNIZ, R. M. **Governança Corporativa na Instituição de Ensino Superior Privada**. 2004.

KLAMM, B. K.; WATSON, M. W. SOX 404 reported internal control weaknesses: A test of COSO framework components and information technology. **Journal of Information Systems**, v. 23, n. 2, p. 1-23, 2009.

KOCMANOVÁ, A.; HREBICEK, J.; DOCEKALOV, M. Corporate governance and sustainability. **Econ Manage**, v. 16, p. 543-550, 2011.

KOLK, A.. Sustainability, accountability and corporate governance: exploring multinationals' reporting practices. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 2008.

MAHADEO, J. D.; OOGARAH-HANUMAN, V.; SOOBAROYEN, T. Changes in social and environmental reporting practices in an emerging economy (2004–2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. In: **Accounting Forum**. Elsevier, 2011. p. 158-175.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista contabilidade e finanças**, v. 3, p. 65-79, 2006.

MALLIN, C. A. **Handbook on international corporate governance: country analyses**. UK: Edward Elgar Publishing, 2011.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. **Academy of management review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

NACIRI, A. **Corporate governance around the world**. New York: Routledge, 2008.

NEWELL, P. Citizenship, accountability and community: the limits of the CSR agenda. **International Affairs**, v. 81, n. 3, p. 541-557, 2005.

O'ROURKE, D. Opportunities and obstacles for corporate social responsibility reporting in developing countries. **The World Bank Group & Corporate Social Responsibility Practice Mar**, v. 27, p. 39-40, 2004.

OECD, D. STEERING GROUP ON CORPORATE GOVERNANCE. **OECD Principles of Corporate Governance 2004**. OECD Publishing, 2004.

OECD, D. STEERING GROUP ON CORPORATE GOVERNANCE. **OECD Principles of Corporate Governance 2004**. OECD Publishing, 1999.

PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. Corporate ownership around the world. **The journal of finance**, v. 54, n. 2, p. 471-517, 1999.

PRENTICE, R. A.; SPENCE, D. B. Sarbanes-Oxley as quack corporate governance: how wise is the received wisdom. **Geo. LJ**, v. 95, p. 1843, 2006.

- RAPLEY, T. **Doing conversation, discourse and document analysis**. London: Sage, 2007.
- ROMANO, R. The Sarbanes-Oxley Act and the making of quack corporate governance. 2004.
- SÃO PAULO (Estado). Comunicado Externo 017/2011-DP, de 23 de dezembro de 2011. **Proposta de adoção ao modelo “Relate ou Explique” para Relatórios de Sustentabilidade ou similares para Empresas Listadas**. BM&FBOVESPA A Nova Bolsa S.A. São Paulo, SP, Com. Ext. 017/2011-DP, 2011^b.
- SÃO PAULO (Estado). Ofício Circular 017/2011-DP, de 07 de abril de 2011. **Regulamento de reforma de Listagem do Novo Mercado – Vigências e Providências**. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros BM&FBOVESPA S.A. São Paulo, SP, Of. C. 017/2011-DP, 2011^a.
- SEARCY, C. Corporate sustainability performance measurement systems: A review and research agenda. **Journal of business ethics**, v. 107, n. 3, p. 239-253, 2012.
- SEARCY, C. Corporate sustainability performance measurement: Lessons from system of systems engineering. In: **Systems, Man and Cybernetics, 2009. SMC 2009. IEEE International Conference on**. IEEE, p. 1057-1060, 2009.
- SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. Large shareholders and corporate control. **The Journal of Political Economy**, p. 461-488, 1996.
- SOBHANI, F. A.; AMRAN, A.; ZAINUDDIN, Y. Revisiting the practices of corporate social and environmental disclosure in Bangladesh. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 16, n. 3, p. 167-183, 2009.
- SOLOMON, J. F. et al. Corporate governance in Taiwan: Empirical evidence from Taiwanese company directors. **Corporate Governance: An International Review**, v. 11, n. 3, p. 235-248, 2003.
- SPANGENBERG, J. H. Environmental space and the prism of sustainability: frameworks for indicators measuring sustainable development. **Ecological indicators**, v. 2, n. 3, p. 295-309, 2002.
- THOMPSON, P. Crawling from the wreckage: The labour process and the politics of production. **Labour process theory**, p. 95-124, 1990.
- UNERMAN, J. The Rise of the Global Reporting Initiative: A Case of Institutional Entrepreneurship, **Social and Environmental Accountability Journal**, v. 31, n. 2, 174-175, 2011.
- UPHAM, P.; TOMEI, J.; DENDLER, L. Governance and legitimacy aspects of the UK biofuel carbon and sustainability reporting system. **Energy Policy**, v. 39, n. 5, p. 2669-2678, 2011.
- VAN MARREWIJK, M. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: between agency and communion. **Journal of business ethics**, v. 44, n. 2-3, p. 95-105, 2003.
- WADDOCK, S. A.; GRAVES, S. B. The corporate social performance. **Strategic management journal**, v. 8, n. 4, p. 303-319, 1997.
- WHITTAKER, D. H.; DEAKIN, S. **Corporate governance and managerial reform in Japan**. Oxford University Press, 2010.

YUSOFF, H.; LEHMAN, G. Corporate environmental reporting through the lens of semiotics. **Asian Review of Accounting**, v. 17, n. 3, p. 226-246, 2009.

ZHANG, I. X. Economic consequences of the Sarbanes–Oxley Act of 2002. **Journal of Accounting and Economics**, v. 44, n. 1, p. 74-115, 2007.